

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e  
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a  
agricultura**

**Área Temática: Notícias Gerais  
Período de Análise: março de 2010.**

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico  
Jornal Folha de São Paulo  
Jornal O Globo  
Jornal Estado de São Paulo  
Sítio eletrônico do MDS  
Sítio eletrônico do MDA  
Sítio Eletrônico do MMA  
Sítio eletrônico do INCRA  
Sítio eletrônico da CONAB  
Sítio eletrônico do MAPA  
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior  
Sítio Eletrônico da Fetraf  
Sítio Eletrônico da MST  
Sítio Eletrônico da Contag  
Sítio Eletrônico da Abag  
Sítio Eletrônico da CNA  
Sítio Eletrônico da CPT  
Revista Globo Rural  
Revista Isto é Dinheiro Rural

## Índice

<b>Dilma tem 40% entre quem tem Bolsa Família; Serra, 25% - Marta Salomon - Folha de São Paulo - Brasil - 03/03/2010 .....</b>	<b>4</b>
<b>PROJETO QUE AUMENTA BENEFÍCIO REABRE DISPUTA SOBRE AUTORIA - Folha de São Paulo - Brasil - 03/03/2010.....</b>	<b>5</b>
<b>PSDB amplia Bolsa Família e líder do governo é contra - O Globo - Capa - 03/03/2010 .....</b>	<b>5</b>
<b>Disputa pelo Bolsa Família - Adriana Vasconcelos - O Globo - O País - 03/03/2010 .....</b>	<b>5</b>
<b>Oposição vê uso eleitoral do Bolsa-Família - Estado de São Paulo - Nacional - 04/02/2010.....</b>	<b>7</b>
<b>Lula cobra oposição por ampliar gastos do Bolsa-Família - Tânia Monteiro - Estado de São Paulo - Nacional - 04/03/2010.....</b>	<b>8</b>
<b>Crise reduz ritmo de crescimento do campo - Mauro Zanatta - Valor Econômico - Agronegócios - 05/03/2010 .....</b>	<b>9</b>
<b>Bolsa-Família ainda fica aquém da Previdência Rural - Edna Simão - Estado de São Paulo - Nacional - 07/03/2010 .....</b>	<b>10</b>
<b>Bolsa-Família ainda fica aquém da Previdência Rural - Edna Simão - Estado de São Paulo - Nacional - 07/03/2010 .....</b>	<b>11</b>
<b>Brasil supera Canadá e se torna o terceiro maior exportador agrícola - Raquel Landim - Estado de São Paulo - Economia e Negócios - Capa do Caderno de Economia - 07/03/2010 .....</b>	<b>12</b>
<b>Bolsa-Família e eleição - Estado de São Paulo - Notas e Informações - 08/03/2010 .....</b>	<b>14</b>
<b>Produtividade sustenta a força do campo - Fernando Lopes - Valor Econômico - Agronegócios - 08/03/2010 .....</b>	<b>15</b>
<b>“Todos os moradores de rua devem receber o Bolsa Família”, afirma o ministro Patrus Ananias - Sítio Eletrônico do MDS - 10/03/2010.....</b>	<b>18</b>
<b>A inflação e a má distribuição de renda - Carlos Lessa - Valor Econômico - Opinião - 10/03/2010.....</b>	<b>18</b>
<b>Patrus critica bônus para Bolsa Família - Marcelo Portela - O Globo - O País - 12/03/2010 .....</b>	<b>20</b>
<b>Safra pode ser recorde - Estado de São Paulo - Notas e Informações - 13/03/2010 .....</b>	<b>21</b>
<b>Serra dobra teto de seu ‘Bolsa-Família’ - Roberto Almeida - Estado de São Paulo - Nacional - 19/03/2010 .....</b>	<b>22</b>
<b>Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome cancela mais de 86 mil benefícios do Bolsa Família - MDS - 19/03/2010.....</b>	<b>24</b>

<b>Brasil supera meta de reduzir extrema pobreza - Sítio Eletrônico do MDS - 25/03/2010.....</b>	<b>26</b>
<b>MDS vai financiar a construção de mais 31 mil cisternas no Semiárido - MDS - 26/03/2010.....</b>	<b>28</b>
<b>Governo distribui 1 milhão de camisinhas para mulheres do Bolsa Família - MDS - 31/03/2010.....</b>	<b>29</b>

**Dilma tem 40% entre quem tem Bolsa Família; Serra, 25%** - Marta Salomon –  
Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2010

Resultado é o oposto do total dos eleitores, onde o tucano lidera por 32% a 28%

Já entre os beneficiados pelo Minha Casa, Minha Vida, outro programa em que o governo aposta na eleição, Serra vence por 35% a 28%

A pré-candidata do PT Dilma Rousseff lidera a disputa pelo Planalto entre os eleitores beneficiados pelo Bolsa Família, mostra pesquisa Datafolha. Mas, a oito meses das eleições, a vantagem da petista não se mantém entre os contemplados por financiamentos de habitação popular do programa Minha Casa, Minha Vida. Dilma alcança 40% dos votos entre os inscritos no Bolsa Família, contra 25% de Serra e 10% de Ciro Gomes (PSB). Marina Silva (PV) tem 8% nesse universo. A liderança da petista chega a 46% dos votos entre os inscritos no Bolsa Família no cenário sem Serra nem Ciro.

No domingo, o Datafolha revelou que a diferença entre José Serra (PSDB) e a pré-candidata petista caiu de 14 para 4 pontos desde dezembro. O tucano tem 32% contra 28% de Dilma no principal cenário. Entre os entrevistados que afirmam receber benefícios do Bolsa Família, no entanto, Dilma Rousseff passa a liderar a pesquisa, que identificou 10% dos eleitores como beneficiários do principal programa de transferência do governo. O Bolsa Família paga entre R\$ 22 e R\$ 200 por mês a cerca de 11 milhões de famílias com renda mensal de até R\$ 140 por pessoa, dependendo do grau de pobreza e do número de filhos com até 17 anos. O número de beneficiários deve chegar perto dos 13 milhões de famílias até o final do ano, planeja o Ministério do Desenvolvimento Social. O Datafolha entrevistou 2.623 brasileiros de 16 anos ou mais em 144 municípios nos dias 24 e 25 de fevereiro. A margem de erro da pesquisa é de dois pontos percentuais. A vantagem para Dilma não se sustenta entre os entrevistados que não recebem o benefício do governo, mas afirmam conhecer alguém cadastrado no programa.

**Minha Casa, Minha Vida**  
O efeito eleitoral do Bolsa Família não é acompanhado pelo programa de financiamento de habitação Minha Casa, Minha Vida, lançado no ano passado e uma das apostas do governo na campanha. A meta do programa é fechar contratos de financiamento de 1 milhão de moradias até o final de 2010 para famílias com renda mensal de até R\$ 4.900. Isso significa triplicar o número de moradias em relação ao desempenho do programa em 2009. Entre os participantes do programa habitacional do governo, Serra lidera com 35%, contra 28% obtidos por Dilma, isso no cenário com Ciro. Sem o candidato do PSB, Serra amplia a diferença em relação à pré-candidata petista. A pesquisa identificou 4% dos eleitores brasileiros entre participantes do principal programa habitacional do governo Lula.

**Futuro dos programas**  
O Datafolha também investigou a expectativa de continuidade dos dois programas sociais. A expectativa varia, dependendo de quem sucederá Luiz Inácio Lula da Silva, e é maior no caso de vitória de Dilma Rousseff (73%) contra pouco mais da metade dos eleitores se José Serra ou Ciro Gomes virem a ser eleitos. Os percentuais variam de

53% e 57% dos entrevistados, dependendo do programa governamental. Moradores do Nordeste são mais pessimistas sobre as chances de manutenção tanto do Bolsa Família como do Minha Casa, Minha Vida. O pessimismo é reforçado entre simpatizantes do PT, mas o mesmo não acontece entre os simpatizantes do PSDB. Na primeira avaliação do impacto eleitoral do Bolsa Família, um estudo feito pela FGV (Fundação Getulio Vargas) afirmou que o programa foi responsável por um aumento de três pontos percentuais na votação de Lula no segundo turno das eleições de 2006.

### **PROJETO QUE AUMENTA BENEFÍCIO REABRE DISPUTA SOBRE AUTORIA** – Folha de São Paulo – Brasil – 03/03/2010

Governo e oposição voltaram a disputar ontem no Senado a paternidade do programa, carro-chefe da área social de Lula e vitrine da campanha de Dilma Rousseff. O embate foi ocasionado por medida que quer conceder benefício adicional a partir de "bom rendimento" escolar, aprovada na Comissão de Educação. Petistas classificaram a medida de "eleitoral". "Esse programa foi criado pelo PSDB e nós nunca o usamos em campanha", rebateu Tasso Jereissati, autor do projeto.

### **PSDB amplia Bolsa Família e líder do governo é contra** – O Globo – Capa – 03/03/2010

Petista acusa tucanos de fazer uso eleitoral do principal programa de Lula Projeto do senador tucano Tasso Jereissati que prevê um aumento do Bolsa Família vinculado ao bom desempenho escolar das crianças foi aprovado ontem na Comissão de Educação do Senado e seguirá diretamente para a Câmara. Contrariada com a proposta do tucano, que põe a digital do PSDB na grande bandeira de campanha da pré-candidata do PT à Presidência, Dilma Rousseff, a líder do governo no Congresso, Ideli Salvatti (PT-SC), votou contra.

Três outros petistas votaram a favor. “Não consigo entender o motivo esdrúxulo e cruel (da proposta do tucano). Isso vai provocar uma pressão sobre a criança”, protestou Ideli, que disse ver um viés eleitoral no projeto e ameaçou recorrer para que haja votação no plenário. Já o senador Cristovam Buarque, do PDT, elogiou a aprovação, dizendo que o projeto “tenta resgatar a filosofia inicial do antigo Bolsa Escola”. **Página 3**

### **Disputa pelo Bolsa Família** – Adriana Vasconcelos – O Globo – O País – 03/03/2010

Proposta de tucano amplia benefício, mas líder do governo Lula protesta e diz que recorrerá

A Comissão de Educação do Senado aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê aumento do benefício do Bolsa Família para famílias em que as crianças tenham um bom desempenho escolar. Mesmo contrariados com a proposta do tucano, que põe a digital do PSDB na grande

bandeira de campanha do presidente Lula e da ministra Dilma Rousseff, pré-candidata do PT à Presidência, os líderes governistas não impediram a aprovação da matéria, que agora segue para apreciação da Câmara. Mas a líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), votou contra.

O Bolsa Família é a grande vedete do governo para a campanha de Dilma, e os petistas viram na proposta de Tasso um interesse eleitoral. O projeto foi aprovado por 17 votos a um (o da Ideli). Dos 17 que aprovaram, sete são da oposição, três do PT e os demais aliados do governo. Votaram a favor os petistas Eduardo Suplicy (SP), Paulo Paim (RS) e Augusto Botelho (RR).

Para Ideli, a iniciativa é uma crueldade e representa um retrocesso, uma vez que joga nas costas do menor a responsabilidade pelo aumento da renda familiar: — Não consigo entender o motivo esdrúxulo e cruel (da proposta do tucano).

Isso vai provocar uma pressão sobre a criança, que passa a ser responsável pela renda maior da família. Quando você coloca essa questão do rendimento escolar no Bolsa Família, como quer o senador Jereissati, você joga nos ombros da criança a responsabilidade de levar dinheiro para casa, e pode gerar situações de maus tratos, de conflito, se a criança não corresponder à expectativa das famílias.

A petista acusou a oposição de querer fazer uso político do projeto em ano eleitoral.

— É uma contradição social, pedagógica e um contrassenso político — acrescentou, dizendo que pretende apresentar recurso para que o projeto seja votado no plenário do Senado e não remetido à Câmara.

Os tucanos admitiram que a ideia é mesmo vincular o nome do partido ao Bolsa Família, que, alegam, é originário do antigo Bolsa Escola do governo de Fernando Henrique Cardoso.

— Este projeto amplia e melhora o Bolsa Família, além de ser um argumento importante para a luta futura do PSDB — admitiu o presidente nacional do PSDB, Sérgio Guerra (PE).

#### **Volta a filosofia do antigo Bolsa Escola**

Um dos nomes do PSDB cotados para ser vice na chapa presidencial de Serra, Tasso Jereissati disse ter ficado surpreso com a tentativa do governo de barrar seu projeto: — Jogaram pesado para que a proposta não fosse votada, mas a maioria governista não teve coragem de votar contra. O projeto vincula de forma definitiva o PSDB ao Bolsa Família e resgata a proposta do Bolsa Escola, que criamos, ao vincular o adicional do benefício ao desempenho educacional.

A aposta de Tasso é que o valor do benefício do Bolsa Família pode até dobrar.

Os valores do “prêmio” serão definidos em projeto de lei complementar se a proposta for aprovada pela Câmara e sancionada pelo presidente da República. Além do ganho financeiro, alega Tasso, incentivaria também as cobranças por um ensino de melhor qualidade nas escolas públicas.

O senador Cristovam Buarque (PDT-DF), que implementou programa semelhante quando governou o Distrito Federal, elogiou a proposta: — O projeto tenta resgatar a filosofia inicial do antigo Bolsa Escola.

Apesar da insatisfação de setores do governo, o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), provocou: — No governo Dilma, a gente implanta isso — provocou Jucá.

**Oposição vê uso eleitoral do Bolsa-Família** – Estado de São Paulo – Nacional –  
04/02/2010

Em meio a um despacho burocrático, o governo mandou uma mensagem para os prefeitos sobre o Bolsa-Família que foi considerada “terrorismo eleitoral” pela oposição. No fim do ano passado, uma instrução operacional divulgada pelo Ministério do Desenvolvimento Social avisou as prefeituras que as regras para permanência no programa poderão ser alteradas a qualquer tempo pelo gestor que assumir a partir de janeiro de 2011. Apesar de estar sendo tratada pelo ministério como apenas uma instrução sobre a forma de funcionamento do cadastramento das famílias, o texto permite interpretar que um novo governo poderá alterar e encurtar o Bolsa-Família, excluindo famílias ou diminuindo o programa.

A Instrução Operacional nº 34, conforme mostrou ontem o jornal *OGlobo*, diz que “para os anos de 2011 e 2012, no entanto, a fixação da data de validade do benefício estará sujeita a alterações segundo novas diretrizes que sejam estabelecidas pela nova administração que assumir o Bolsa-Família em janeiro de 2011”. A única menção ao período posterior ao governo Lula em todo o texto, de 14 páginas, que trata basicamente do cadastramento de beneficiários e sua possível exclusão por falta de atualização de dados.

#### GUERRA

O presidente do PSDB, Senador Sergio Guerra (PE), afirmou que o texto divulgado pelo Ministério do Desenvolvimento Social “é desonesto, claramente eleitoral e uma irresponsabilidade com o povo”. “Fomos nós que inventamos o Bolsa-Família. Não achamos que o presidente Lula foi tão muito bem nesse assunto. Nós sempre dissemos isso. Mas o que eles falam é mentira, terrorismo e seguramente o tipo de ação que esse agente se acostumou”, disse o presidente do PSDB em entrevista ao site de seu partido.

Em nota distribuída ontem, o Ministério do Desenvolvimento Social nega que a advertência que consta no documento tenha qualquer relação com o calendário eleitoral. Afirma que a instrução operacional trata apenas dos procedimentos para atualização cadastral dos beneficiários que estão inscritos no programa há dois anos sem que seus dados tenham sido verificados pelas prefeituras e argumenta que esse procedimento que está em “permanente processo de aperfeiçoamento”.

#### REFERÊNCIA

“A instrução em nenhum momento relata, nem de forma velada, que em um novo governo as principais diretrizes do programa poderão ser alteradas”, sustenta o texto distribuído pela assessoria do ministério. “O programa Bolsa-Família é uma conquista dos brasileiros garantida em lei, tem trazido importantes resultados para o Brasil na redução da fome, da pobreza e da desigualdade e é hoje referência internacional.”

Criado por lei em 2004, o Bolsa-Família não poderá ser encerrado por um decreto.

No entanto, suas regras internas ficam a cargo do ministério, que determina, por exemplo, os prazos para que as famílias que não cumprirem com as partidas ou não atualizaram seus dados possam ser excluídas.

**Lula cobra oposição por ampliar gastos do Bolsa-Família - Tânia Monteiro – Estado de São Paulo – Nacional – 04/03/2010**

Depois de aumentarem mais de 100 mil o número de funcionários e incharam a máquina, com a elevação dos gastos públicos, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva “apelou” ontem aos parlamentares para que não exagerem nas promessas e no eleitoral nem promovam uma “farra do boi”, alegando que a ganância pode desequilibrar as contas públicas. Ele ironizou a proposta do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê pagamento de Bolsa-Família a crianças com boas notas na escola.

“Não é porque estamos em época eleitoral que vai se praticar a farra do boi nesse país. Não podem achar que banalizando decisões as pessoas ganham voto”, declarou Lula, em entrevista após inaugurar o Portal Brasil, no CCBB, atual sede do governo.

“Não dá para as pessoas imaginarem que, porque é ano eleitoral, pode comprometer o mundo e o fundo da sociedade”, afirmou Lula, ao ser questionado se poderia vetar a proposta aprovada no Congresso, na semana passada, que destina 5% dos recursos do Fundo Social para reajuste dos aposentados.

Lula criticou a ampliação de gastos do Bolsa-Família, que foi proposta por Tasso e criticada pela líder governista, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), no dia anterior.

“A ideia pode ser boa de você criar um instrumento de incentivo, dar a mais para que as crianças estudem. Só espero que tenham colocado também de onde vai tirar o dinheiro, porque todo o gasto proposto tem que ter uma fonte de receita.”

Lula ainda reclamou da oposição por ter derrubado a CPMF que financiava a saúde. Segundo ele, foi gesto de “mesquinha”.

#### FOGO AMIGO

Além do PT e de Lula, o ex-prefeito do Rio Cesar Maia – um dos principais expoentes do DEM, principal aliado dos tucanos nas eleições – atacou ontem o projeto de Tasso, já aprovado na Comissão de Educação do Senado. Ele apontou equívocos conceituais à iniciativa e afirmou que a proposta não ajuda o candidato tucano.

“Incluir isso no Bolsa-Família é confundir assistência social com educação. E ainda criar insegurança em relação ao programa”, afirmou.

As críticas foram distribuídas em seu ex-blog – uma espécie de boletim eletrônico. Presidente nacional do DEM e filho de Maia, o deputado Rodrigo Maia (RJ) afirmou que as críticas se concentram no aspecto técnico do projeto e garantiu que a relação do partido com os tucanos é boa. “Estamos juntos.

“Não tem ruído.” Na reta final de seu terceiro mandato no Rio, Maia editou decreto que estabelecia gratificação em dinheiro a alunos da rede municipal que tivessem bom desempenho.

Os prêmios poderiam chegar a R\$ 4,5 mil para quem obtivesse conceito “muito bom”.

A atual administração substituiu a premiação em dinheiro por netbooks.



**Crise reduz ritmo de crescimento do campo** – Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios – 05/03/2010

A crise financeira global e o clima desfavorável no Sul do país em 2009 provocaram uma redução de 12 milhões de toneladas na estimativa oficial de produção do agronegócio nos próximos dez anos. O recuo na demanda e os efeitos da seca devem impedir um crescimento mais acelerado em dez dos 17 produtos analisados em estudo divulgado ontem pelo Ministério da Agricultura.

A freada atingirá a produção de milho, soja, trigo, feijão, açúcar, mandioca e de carnes bovina e suína. "Tivemos que rever nossas projeções porque houve um impacto significativo desses fatores sobre a produção estimada no estudo anterior", disse o coordenador-geral de Planejamento Estratégico do ministério, José Garcia Gasques.

No complexo carnes, por exemplo, o recuo na demanda internacional derrubou em 22% a previsão de crescimento da produção até 2020. Em dez anos, as indústrias de frango, bovinos e suínos deveriam produzir 37,2 milhões de toneladas de carne, mas chegarão a apenas 30,5 milhões de toneladas, segundo o estudo. O crescimento de 12,6 milhões de toneladas antes previsto, será limitado a 8,4 milhões de toneladas.

No caso dos grãos, deve haver uma redução de 179,8 milhões para 177,5 milhões de toneladas em dez anos. A produção de milho, soja, trigo, arroz e feijão em 2020 ficaria, segundo as novas previsões, 1,3% abaixo da estimativa anterior.

Ainda assim, indica o novo estudo, haverá elevação substancial na produção nacional de laranja, carne de frango, etanol, algodão, leite, arroz e batata. A projeção aponta, ainda, um forte aumento na produção de papel e celulose. "Deve ser um crescimento baseado em produtividade, expansão de área mínima, de 0,45% ao ano, e uma elevação de 2,7% na produção", afirmou Gasques. O dinamismo de parte do agronegócio será puxada pelo crescimento da demanda do mercado doméstico. "Embora também tenhamos um aumento previsto para as exportações".

O estudo da Assessoria de Gestão Estratégica aponta que haverá um dinamismo maior em sete dos 23 produtos agora avaliados. Na liderança do movimento, devem estar soja em grão, carne de frango, açúcar, etanol, algodão, óleo de soja e celulose.

A piora na previsões para 2020 estão ancoradas no desempenho menos dinâmico de alguns segmentos no ano-safra anterior (2008/09). Na carne bovina, por exemplo, houve uma redução de 55,3% na exportação projetada. Esperava-se embarques de 2,63 milhões de toneladas, mas as indústrias venderam apenas 1,69 milhão de toneladas. A previsão de consumo interno também registrou uma queda de 33% no intervalo: de 8,21 milhões para 6,17 milhões de toneladas. "Por esses dados, fica clara a interferência da crise mundial", afirmou Gasques.

Na projeção do ministério, a safra de grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão) deve crescer 36,7% até 2020, passando de 129,8 milhões para 177,5 milhões de toneladas na safra 2019/20. A produção de carnes bovina, suína e de frango deve manter o padrão, com alta estimada em 37,8% - aumento de 8,4 milhões de toneladas em dez anos. Açúcar, etanol e leite também terão performance dinâmica.

As estimativas para 2020 apontam uma ampliação de 9,6 milhões de hectares nas lavouras do país. A área total deve passar de 60 milhões para 69,7 milhões em 2020. A expansão deve ser concentrada na soja (4,7 milhões de hectares) e cana (4,3 milhões). O milho deve ocupar mais 1 milhão de hectares e as culturas do café, arroz e laranja devem elevar a produtividade, reduzindo a área plantada nos próximos dez anos.

### **Bolsa-Família ainda fica aquém da Previdência Rural** - Edna Simão – Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2010

Ao contrário do que o governo costuma divulgar, o Bolsa-Família, apesar de ser um importante instrumento de combate à pobreza, não é o maior e mais importante programa de distribuição de renda do País. Os programas de transferência de renda garantidos pela Constituição de 1988 – como a Previdência Rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC-Loas) – têm um impacto mais significativo na redução da pobreza. O terceiro em impacto social é o Bolsa-Família.

Atualmente, 12,6% da população brasileira vive em situação de indigência (renda inferior a ¼ do salário mínimo) e outros 32% em situação de pobreza (renda menor do que meio salário mínimo). Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que, se fosse retirado o Bolsa-Família dessa conta, a indigência saltaria para 13,9% e a pobreza para 33%.

Mas a situação fica muito pior quando o cálculo desconsidera não só o Bolsa-Família como também benefícios previdenciários e o BPC. Nesse caso, a indigência e a pobreza passariam a representar 23,4% e 43,7% da população brasileira, respectivamente. “Isso mostra que a Previdência Social e o BPC conseguem retirar uma parcela maior da população da indigência, permitindo uma mobilidade maior do que o Bolsa-Família”, afirmou a pesquisadora do Ipea, Luciana Jaccoud.

#### **FUNRURAL**

A Previdência Rural foi criada ainda no regime militar, em 1971, com o nome de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que anos depois passou a atender também os pescadores (1972) e os garimpeiros (1975). Era quase uma esmola, sem impacto na redução de pobreza e transferência de renda porque pagava benefícios de apenas meio salário mínimo ao cabeça do casal, com 65 anos. As pensões eram limitadas a 30% do benefício.

A Constituição de 1988 aprovou o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) pôs em prática a universalização previdenciária com a ampliação dos benefícios para um salário mínimo, acesso de homens e mulheres idosos à Previdência Rural e redução da idade de aposentadoria (60 para homens e 55 para mulheres).

Os benefícios pagos pela Previdência Rural e o BPC-Loas lideram o volume de recursos destinados pelo governo para reduzir as desigualdades. Só no ano passado foram mais de R\$ 40 bilhões desembolsados para pagamento de mais de 11 milhões de benefícios. Esse valor corresponde, sozinho, a todo o déficit da Previdência Rural em 2009. Isso porque, a contribuição paga pelos trabalhadores rurais com base na produção é insuficiente para bancar as aposentadorias.

Somente com BPC-Loas, que está incorporado às contas do Instituto Nacional do Serviço Social (INSS), é liberado R\$ 1,4 bilhão para atender 3,1 milhões de pessoas. Recebem o BPC 1,5 milhão de idosos com mais de 65 anos e 1,6 milhão de pessoas com deficiência. No caso do Bolsa-Família, está prevista a liberação de R\$ 13,1

bilhões para atender 12,9 milhões de famílias neste ano. Em 2009, foram gastos R\$ 12,4 bilhões.

#### MUDAR DE PATAMAR

Para o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzer, os programas têm focos diferentes, mas os três têm impacto relevante na diminuição das desigualdades. “A taxa de pobreza entre os idosos é de algo em torno de 10%. Eles estão comparativamente bem em relação à sociedade”, disse Schwarzer.

E a justificativa é simples. No caso da Previdência Social – maior parte dos benefícios pagos é para o trabalhador rural – e BPC, o valor do benefício corresponde a um salário mínimo (R\$ 510). Já no Bolsa Família, essa assistência varia de R\$ 22 a R\$ 200. “Quem recebe a Previdência Rural e BPC tem mais condições de mudar de patamar. Com essa determinação constitucional, o índice de pobreza entre os idosos é extremamente baixo. É um ganho social enorme para o País”, destacou a pesquisadora Luciana Jaccoud.

Apesar de ter um peso menor na redução das desigualdades, Luciana explicou que o Bolsa-Família também é um programa fundamental porque atende um público diferenciado, famílias com crianças que vivem em situação de extrema pobreza. “Contempla um público que está excluído das determinações constitucionais”, disse a pesquisadora.

#### **Bolsa-Família ainda fica aquém da Previdência Rural** – Edna Simão - Estado de São Paulo – Nacional – 07/03/2010

Ao contrário do que o governo costuma divulgar, o Bolsa-Família, apesar de ser uma importante ferramenta de combate à pobreza, não é o maior e mais importante programa de distribuição de renda do País.

Os programas de transferência de renda garantidos pela Constituição de 1988 – como a Previdência Rural e o Benefício de Prestação Continuada (BPC/Loas) – têm um impacto mais significativo na redução da pobreza.

O terceiro em impacto social é o Bolsa-Família.

Atualmente, 12,6% da população brasileira vive em situação de indigência (renda inferior a ¼ do salário mínimo) e outros 32% em situação de pobreza (renda menor do que meio salário mínimo). Levantamento do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostra que, se fosse retirado o Bolsa-Família dessa conta, a indigência saltaria para 13,9% e a pobreza para 33%.

Mas a situação fica muito pior quando se calcula e desconsidera não só o Bolsa-Família como também benefícios previdenciários e o BPC. Nesse caso, a indigência e a pobreza passariam a representar 23,4% e 43,7% da população brasileira, respectivamente. “Isso mostra que a Previdência Social e o BPC conseguem retirar uma parcela maior da população da indigência, permitindo uma mobilidade maior do que o Bolsa-Família”, afirmou a pesquisadora Ipea, Luciana Jaccoud.

#### FUNRURAL

A Previdência Rural foi criada ainda no regime militar, em 1971, com o nome de Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural), que anos depois passou a atender também os pescadores (1972) e os garimpeiros (1975). Era quase uma esmola, sem impacto na redução de pobreza e transferia de renda porque pagava benefícios de apenas meio salário mínimo ao cabeça do casal, com 65 anos. As pensões eram limitadas a 30% do benefício.

A Constituição de 1988 aprovou o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) pôs em prática a universalização previdenciária com a ampliação dos benefícios para um salário mínimo, acesso de homens e mulheres idosos a Previdência Rural e redução da idade de aposentadoria (60 para homens e 55 para mulheres).

Os benefícios pagos pela Previdência Rural e o BPC-Loas lideram o volume de recursos destinados pelo governo para reduzir as desigualdades. So no ano passado foram mais de R\$ 40 bilhões desembolsados para pagamento de mais de 11 milhões de benefícios. Esse valor corresponde, sozinho, a todo o déficit da Previdência Rural em 2009.

Isso porque, a contribuição paga pelos trabalhadores rurais com base na produção é insuficiente para bancar as aposentadorias.

Somente com BPC-Loas, que está incorporado às contas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), é liberado R\$ 1,4 bilhão para atender 3,1 milhões de pessoas. Recebem o BPC 1,5 milhão de idosos com mais de 65 anos e 1,6 milhão de pessoas com deficiência. No caso do Bolsa-Família, está prevista a liberação de R\$ 13,1 bilhões para atender 12,9 milhões de famílias neste ano. Em 2009, foram gastos R\$ 12,4 bilhões.

#### MUDAR DE PATAMAR

Para o secretário de Previdência Social, Helmut Schwarzler, os programas têm focos diferentes, mas os três têm impacto relevante na diminuição das desigualdades. “A taxa de pobreza entre os idosos é de algo em torno de 10%. Eles estão comparativamente bem em relação à sociedade”, disse Schwarzler.

E a justificativa é simples.

No caso da Previdência Social – maior parte dos benefícios pagos é para o trabalhador rural – e BPC, o valor do benefício corresponde a um salário mínimo (R\$ 510). Já no Bolsa Família, essa assistência varia de R\$ 22 a R\$ 200. “Quem recebe a Previdência Rural e BPC tem mais condições de mudar de patamar.

Com essa determinação constitucional, o índice de pobreza entre os idosos é extremamente baixo.

Um ganho social enorme para o País”, destacou a pesquisadora Luciana Jaccoud.

Apesar de ter um peso menor na redução das desigualdades, Luciana explicou que o Bolsa-Família também é um programa fundamental porque atende um público diferenciado, famílias com crianças que vivem em situação de extrema pobreza. “Contempla um público que está excluído das determinações constitucionais”, disse a pesquisadora.

### **Brasil supera Canadá e se torna o terceiro maior exportador agrícola – Raquel**

Landim - Estado de São Paulo – Economia e Negócios – Capa do Caderno de Economia – 07/03/2010

O Brasil ultrapassou o Canadá e se tornou o terceiro maior exportador de produtos agrícolas do mundo. Na última década, o País já havia deixado para trás Austrália e China. Hoje, apenas Estados Unidos e União Europeia vendem mais alimentos no planeta que os agricultores e pecuaristas brasileiros.

Dados da Organização Mundial de Comércio (OMC), divulgados este ano, apontam que o Brasil exportou US\$ 61,4 bilhões em produtos agropecuários em 2008, comparado com US\$ 54 bilhões do Canadá. Em 2007, os canadenses mantinham estreita vantagem, com vendas de US\$ 48,7 bilhões, ante US\$ 48,3 bilhões do Brasil.

O ritmo de crescimento da produção brasileira de alimentos já deixava claro que a virada estava prestes a ocorrer. Entre 2000 e 2008, as exportações agrícolas do Brasil cresceram 18,6%, em média, por ano, acima dos 6,3% do Canadá, 6% da Austrália, 8,4% dos Estados Unidos e 11,4% da União Europeia. Em 2000, o País ocupava o sexto lugar no ranking dos exportadores agrícolas.

Uma série de fatores garantiu o avanço da agricultura brasileira nos últimos anos: recursos naturais (solo, água e luz) abundantes, diversidade de produtos, um câmbio relativamente favorável até 2006 (depois a valorização do real prejudicou a rentabilidade), o aumento da demanda dos países asiáticos e o crescimento da produtividade das lavouras.

“Houve uma mudança nas vantagens comparativas em favor do Brasil, que teve um custo de produção baixo para vários produtos nesse período graças aos seus recursos naturais e ao câmbio”, disse o analista sênior da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Garry Smith.

Para o sócio-diretor da MB Agro, Alexandre Mendonça de Barros, “o Brasil é hoje a única grande agricultura tropical do planeta”. Ele ressalta que o aproveitamento da terra é melhor na zona tropical. Em algumas regiões do Brasil, é possível plantar milho depois de colher soja, o que significa duas safras no mesmo ano.

Apesar disso, 80% da produção de grãos ainda estão em áreas temperadas. Canadá, EUA e UE detêm a tecnologia, mas não conseguem ampliar sua agricultura, porque quase não têm áreas novas disponíveis e enfrentam muita dificuldade para convencer as pessoas a permanecer no campo.

Graças às pesquisas da Embrapa, o aumento da produtividade teve um papel fundamental no crescimento da produção agrícola brasileira. Entre 1990 e 2009, a área plantada de grãos no País subiu 1,7% ao ano, mas a produção cresceu 4,7%.

“Tivemos uma forte expansão da produtividade e um aumento da área plantada entre 2000 e 2005”, disse o diretor do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), André Nassar.

Segundo o sócio-diretor da Agroconsult, André Pessoa, a expansão da safra de soja e o aumento da produção de carnes foram os principais responsáveis pelo avanço recente do Brasil na exportação agrícola.

No complexo soja (grão, farelo e óleo), as exportações mais do que quadruplicaram, saindo de US\$ 4,2 bilhões em 2000 para US\$ 17,2 bilhões em 2009. As vendas de carne bovina subiram de US\$ 813 milhões para US\$ 4,2 bilhões no período, e as de carne de frango, de US\$ 735 milhões para US\$ 5,8 bilhões.

“Saímos de uma posição insignificante para nos tornarmos maior exportador do mundo de carne bovina e de frango”, disse o presidente da Associação Brasileira dos Produtores e Exportadores de Frango, Francisco Turra, que era ministro da Agricultura em 1998, quando o Brasil conseguiu a certificação da Organização Internacional de Sanidade Animal (OIE) e pôde começar a exportar.

Nos produtos tradicionais, como café, suco de laranja e açúcar, o País manteve a liderança. A participação brasileira no mercado de café oscilou entre 29% e 33% nos últimos 10 anos, apesar do avanço do Vietnã. “O Brasil é líder na exportação mundial de café desde 1860”, diz o diretor executivo do Conselho dos Exportadores de Café (Cecafé), Guilherme Braga.

No suco de laranja, o País é responsável por 80% das exportações mundiais – a maior fatia de um produto agrícola brasileiro. Dificilmente ganhará mais espaço, mas a concorrência também não está crescendo. É um setor muito consolidado, com apenas quatro empresas.

“O suco é um exemplo do que vai ocorrer com a agricultura em outras áreas.”

O Brasil já ocupa o primeiro lugar no ranking de exportação em vários produtos agrícolas – açúcar, carne bovina, carne de frango, café, suco de laranja, tabaco e álcool. Também é vice-líder em soja e milho e está na quarta posição na carne suína.

O País, no entanto, ainda está distante de ser o maior exportador de alimentos do mundo. Os EUA e a UE exportaram mais que o dobro do Brasil. Em 2008, os americanos venderam quase US\$ 140 bilhões em produtos agrícolas, e os europeus embarcaram US\$ 128 bilhões.

“Para superar esses países, temos de fazer um gigantesca lição de casa”, disse o ex-ministro da Agricultura, Roberto Rodrigues. “O Brasil precisa de uma estratégia agrícola que em todo o mundo várias áreas do governo.”

Os especialistas não arriscam prever quando o Brasil vai alcançar a liderança, mas dizem que o potencial ainda é significativo, principalmente para carnes, milho e álcool. O País ainda não vende carne a alguns países por restrições sanitárias. No etanol, a exportação deve aumentar muito quando o mercado se consolidar. ●

### **Bolsa-Família e eleição** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 08/03/2010

Todo incentivo adicional para a criança de família de baixa renda estudar e procurar melhorar seu aprendizado é uma boa ideia, mesmo quando proposto por adversários, admitiu o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ao avaliar favoravelmente o projeto de lei de iniciativa da oposição que cria um novo benefício, no programa Bolsa-Família, para os alunos de 6 a 17 anos que tiverem bom desempenho escolar. O projeto foi aprovado em caráter terminativo pela Comissão de Educação do Senado. Desse modo, o presidente reconhece o papel da oposição no aperfeiçoamento dos programas do governo, embora tenha cobrado dela que aponte também a fonte de recursos.

Nem todos no seu partido, porém, pensam como ele.

É difícil entender a posição assumida pela líder do governo no Congresso, senadora Ideli Salvatti (PT-SC), que votou contra o projeto.

Mais difícil é entender a explicação que ela deu para seu voto: a criação do benefício, segundo ela, constitui uma crueldade contra a criança, que, na sua estranha interpretação do projeto, “passa a ser responsável pela renda maior da família”.

“Quando você coloca essa questão do rendimento escolar no Bolsa-Família, como quer o senador Tasso Jereissati (do PSDB do Ceará e autor do projeto), você joga nos ombros da criança a responsabilidade de levar dinheiro para casa, e pode gerar situações de maus-tratos, de conflito, se a criança não corresponder à expectativa das famílias”, disse a senadora petista ao jornal O Globo.

Há uma notória motivação político-eleitoral na estapafúrdia ilação da líder do governo no Congresso.

O governo vem tentando transformar o Bolsa-Família numa das principais bandeiras da campanha de Dilma Rousseff à Presidência, e, embora o programa tenha sido originalmente adotado no governo de Fernando Henrique Cardoso (do PSDB) como Bolsa-Escola, o PT não admite que essa bandeira tenha marcas da oposição. Se for de autoria de opositoristas, não importa a qualidade da proposta. E esta – que não se limita a ampliar os benefícios do Bolsa-Família, mas procura melhorar o nível do aprendizado, ao estabelecer uma regra que estimula o bom desempenho dos alunos – é de autoria de um senador da oposição.

É claro também que a oposição tem interesse político na questão. Ao restabelecer uma forma de condicionar o benefício do Bolsa-Família ao desempenho escolar, o PSDB quer criar um vínculo entre o programa atual e o do governo anterior, como admitiu Jereissati. Ou seja, a oposição quer deixar claro que a verdadeira origem do programa Bolsa-Família é o programa Bolsa-Escola do governo do PSDB, o que o atual governo não quer admitir.

Os argumentos do senador cearense para defender seu projeto, porém, não são eleitorais. Ao criar um benefício adicional, mas condicionando seu pagamento a “resultados educacionais positivos obtidos em avaliação oficial”, o projeto reintroduz no programa de transferência de renda o critério do desempenho escolar. O efeito, além do aumento de renda da família, pode ser a melhoria do ensino.

“Com um incentivo concreto, os estudantes procurarão aprimorar suas relações com a escola e com os professores”, justificou Jereissati. “Mais estimulados pelo interesse dos alunos, os professores tenderão a se envolver com a causa desse aluno.”

O programa atual exige que as famílias beneficiadas matriculem nas escolas seus filhos em idade escolar, mas não impõe nenhuma condição vinculada à qualidade do aprendizado, pois considera suficiente a comprovação da frequência às aulas. Isso tem alimentado as críticas dos que veem no Bolsa-Família “uma ação paliativa que não promove educação de qualidade”, como disse o senador Papaléo Paes (PSDB-AP), que relatou o projeto na Comissão de Assuntos Sociais. Daí, como justificou Jereissati, a necessidade de aprimorá-lo.

Se a medida é boa, como reconheceu o presidente e reconheceram também outros três senadores do PT que integram a Comissão de Educação e votaram a favor do projeto – que agora será examinado pela Câmara –, ela deve ser aprovada e colocada em prática, não importa qual seja sua autoria. Nesse caso, a oposição pode ter ganhos políticos e eleitorais, mas quem mais ganha é a sociedade, sobretudo a parcela mais pobre, que os petistas dizem defender. Mas alguns deles não conseguem entender isso.

**Produtividade sustenta a força do campo** – Fernando Lopes – Valor Econômico – Agronegócios – 08/03/2010

Não será por falta de produtividade que o agronegócio brasileiro perderá força nos próximos anos. Para praticamente todas as cadeias mais importantes do setor, as projeções de longo prazo indicam ganhos progressivos de eficiência, suficientes para garantir o abastecimento doméstico e defender a posição de destaque do país no mercado internacional. O problema é que velhos riscos e gargalos, como câmbio e deficiências logísticas, mostram que nem só de produtividade vive o campo, e que para as profecias positivas se realizarem é preciso combatê-los.

Extenso trabalho publicado na semana passada pelo Ministério da Agricultura aponta que, entre as principais culturas agrícolas do país, apenas a cana deverá apresentar queda de produtividade na próxima década, em parte graças à expansão do plantio em regiões com condições naturais menos propícias. A retração, estimada em 1,76% ao ano, será compensada por um aumento de área (4,09% ao ano até 2019/20) e, assim, a produção tende a crescer 2,26% ao ano até atingir 893 milhões de toneladas.

E ainda assim há controvérsias. Com novas variedades convencionais e transgênicas em desenvolvimento em época de ampliação das apostas em biocombustíveis como o etanol, a indústria canavieira prevê que seus dois principais produtos, açúcar e álcool, vão, sim, continuar evoluindo. Marcos Jank, presidente da União da Indústria de Cana-de-Açúcar (Unica), lembra que na década de 70 a produtividade do etanol era de 3 mil litros por hectare, que hoje o rendimento já é de 8 mil litros por hectare e que na próxima década há estudos que apontam 14 mil.

Entre os demais produtos analisados pelo ministério, apenas ganhos de produtividade. O maior salto previsto é para o arroz (4,77% ao ano), seguido por batata inglesa (2,62%), algodão (2,61%), trigo (2,29%), feijão (2,05%), milho (1,92%), laranja (1,48%), soja (0,92%), mandioca (0,58%) e fumo (0,4%). Desta lista, café, laranja, arroz, feijão e batata inglesa deverão perder área plantada, mas todos aparecem com previsões de incremento da produção, proporcionado por técnicas de plantio mais modernas - adensamento, por exemplo - e novas tecnologias.

Confirmadas, as previsões representarão a continuidade de um movimento iniciado há décadas, e isso para os cultivos nacionais mais "recentes". Na década de 70, quando começava a ser introduzida em Mato Grosso, a soja, hoje o carro-chefe do agronegócio nacional, apresentava produtividade média de 30 sacas por hectares no Estado; atualmente, a média já supera 50 sacas, acima da média registrada nos EUA.

Cálculos do Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais (Icône), apontam que entre as safras 2002/03 e 2009/10 o aumento médio da produtividade da soja brasileira foi de 1,22%, mais que o dos EUA (1,13%) e menos que o da Argentina (1,33%). Apesar de perder para o país vizinho neste caso, a produtividade do Brasil é 1,3% maior; na comparação com os americanos, ainda é 3,4% menor. EUA, Brasil e Argentina são, nesta ordem, os maiores produtores e exportadores de soja do mundo.

No caso do milho, o levantamento preparado pelo diretor-geral do Icône, André Meloni Nassar, identifica que a produtividade do milho plantado no Brasil aumentou 3,39% ao ano entre as safras 2002/03 e o que se espera do ciclo atual (2009/10), ante evolução anual média de 1,84% nos EUA e de 3,46% na Argentina. Aqui, contudo, a eficiência brasileira ainda é muito menor que a dos concorrentes, o que ainda deixa as exportações brasileiras dependentes de problemas em outros fornecedores.

"O custo do milho é superior ao da soja, e a soja é uma lavoura que apresenta menos riscos. Assim, o viés de Brasil e Argentina é para a soja, que tem mais liquidez e costuma apresentar maior retorno por hectare. Nos EUA, que é eficiente, a preferência do produtor é pelo milho", afirma Nassar. Questões culturais e familiaridade com a cultura também pesam. Na dúvida, quem pode optar por soja ou milho em Argentina e Brasil plantam soja, enquanto nos EUA, milho.

De acordo com análise do Cepea/Esalq, o custo de produção de soja em uma propriedade típica de Iowa, nos EUA, foi de US\$ 366 por hectare na safra 2006/07, ante os US\$ 438 de uma fazenda típica do Paraná, US\$ 332 em Mato Grosso e entre US\$ 150 e US\$ 227 na Província argentina de Buenos Aires. O estudo realça que as vantagens operacionais argentinas incluem a baixa utilização de fertilizantes, porque os



solos são melhores, e a menor aplicação de defensivos, já que a incidência de doenças ainda é menor.

Quando incluídos o custo da terra, a depreciação de máquinas e outros custos fixos, a soja de Iowa custava US\$ 745 por hectare, ante US\$ 617 em Buenos Aires e US\$ 602 no Paraná. E aqui aparece uma das principais vantagens brasileiras, que é o custo mais baixo das terras. Os preços estão em alta no Brasil, como apontou estudo recente da consultoria AgraFNP divulgado pelo **Valor**, mas ainda são vantajosos em relação sobretudo aos EUA.

"Hoje não há terras disponíveis nos EUA e a Argentina, que tem custo menor, pratica sua política de retenção às exportações. O Brasil, que não tem os subsídios americanos mas conta com uma política agrícola mais forte que a Argentina, tem terras mais baratas e água disponível, mas também enfrenta problemas. No Sul, por exemplo, não há mais espaço para grandes investimentos, enquanto no Centro-Oeste e na região do Mapito [confluência entre regiões de cerrado dos Estados de Maranhão, Piauí e Tocantins] falta infraestrutura", diz André Nassar.

Para efeito de comparação, análise da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia (Sober) de 2007 mostrou que, enquanto o hectare custava, em média, US\$ 6.672 nos EUA, o preço médio no Brasil foi de US\$ 2.312. Conforme a AgraFNP, no bimestre novembro-dezembro de 2009 o preço médio do hectare brasileiro ficou em R\$ 4.593 (US\$ 2.641,46), com altas de 5% em 12 meses e de 40,2% em 36 meses.

Para a soja e outras oleaginosas ainda menos competitivas, acredita o consultor Ingo Plöguer, diretor da Associação Brasileira de Agribusiness (Abag), a expansão do uso do biodiesel também é um fator positivo. "Temos boas fontes. A canola, por exemplo, e a própria cana, a partir da qual também faremos biodiesel. Podemos chegar a ter no Brasil, com etanol e biodiesel, entre 70% e 75% de energia renovável em uma matriz sustentável", afirma ele.

As vantagens naturais brasileiras - clima, mão-de-obra mais barata e terras e água disponíveis, especialmente - também aparecem nos segmentos de carnes, que são igualmente beneficiados pela disponibilidade de grãos para ração. Na cadeia bovina, as pastagens brasileiras resultam em custos muito mais vantajosos que os confinamentos, enquanto na de frango e de suína predomina um competitivo sistema de integração, desenvolvido paralelamente ao dos EUA. "O status sanitário do país é bom. Há novas exigências, mas a indústria costuma atendê-las. A integração, por exemplo, garante a rastreabilidade da carne".

Todas as vantagens, algumas delas repetidas há décadas, certamente colocam o Brasil em uma posição confortável em tempos de constantes ameaças de disparadas dos preços internacionais e preocupação crescente com a autossuficiência alimentar em países ricos e pobres. Até a safra 2019/20, segundo o Ministério da Agricultura, a produção de soja crescerá 2,86% ao ano, a taxa de incremento anual do milho está calculada em 2,67% e a das carnes ficará entre 2% (bovina) e 3,64% (frango).

Mas para todas as principais cadeias do agronegócio nas quais as exportações têm influência vital em ganhos de escala e formação de preços, além dos gargalos

logísticos e tributários há a questão do câmbio, e o real valorizado como está não compensa os demais problemas e afeta a competitividade brasileira no exterior, ainda que ajude a manter a inflação doméstica sob controle.

**“Todos os moradores de rua devem receber o Bolsa Família”, afirma o ministro Patrus Ananias – Sítio Eletrônico do MDS – 10/03/2010**

O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, afirmou que até o fim do ano espera que todos os moradores de rua estejam incluídos no Bolsa Família – atualmente, 20 mil famílias já estão no programa. A inclusão depende de cadastro a ser realizado em parceria com as Prefeituras. A afirmação foi feita em entrevista nesta quarta-feira (10/3) para rádios de 12 Estados brasileiros, dentro do programa Bom Dia Ministro, transmitido pela NBR TV.

No programa, o ministro falou sobre os resultados e desafios do Bolsa Família – que neste ano fará a atualização cadastral de 1,1 milhão de beneficiários - o direito à alimentação, agora incluso na Constituição, e a integração dos programas sociais. Participaram, ao vivo, rádios de Aracaju(SE), Campinas (SP), Campina Grande (PB), Chapecó (SC), Crateús (CE), Belo Horizonte e Uberlândia (MG), Foz do Iguaçu (PR), Campo Grande (MS), Manaus (AM), Porto Alegre (RS), Maceió (AL) e Vitória (ES). O programa foi transmitido ao vivo pela NBR TV e será reprisado pela emissora em horários alternativos na tarde desta quarta-feira (10) e nos próximos sábado (13) e domingo (14).

**A inflação e a má distribuição de renda – Carlos Lessa – Valor Econômico – Opinião - 10/03/2010**

Li com atenção, na semana passada, o diálogo do presidente Henrique Meirelles com Wall Street. Segundo o jornalista Alex Ribeiro, a pergunta recorrente foi "porque o mercado financeiro doméstico anda tão nervoso com câmbio e juros?".

Aparentemente, a delegação do Banco Central viajou para garantir a imagem de um processo sucessório bem tranquilo. Certamente, a presença de Henrique Meirelles e sua palavra quanto ao processo sucessório foi absolutamente tranquilizadora. Afinal de contas, há pouco tempo, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, declarou que o dólar brasileiro deveria ficar a R\$ 2,70. Segundo o ministro, com essa cotação o Brasil seria industrialmente competitivo com a China e com a Índia. Como nada aconteceu no mercado de câmbio, a dedução nossa e de Wall Street é que o presidente Meirelles tem controle total e completo sobre os juros e o dólar e sua presença em New York reitera a total confiança de Wall Street. Tanto é assim que banqueiros americanos afirmaram que decisões imediatas do BC sobre câmbio e juros já não afetam mais as decisões de investimentos estrangeiros no Brasil. A presença do presidente Meirelles foi a garantia de que "tudo continua como antes no Quartel de Abrantes" ou, como os ingleses em Gibraltar, o presidente Meirelles é inamovível.

A provável futura elevação de juros e a projeção do BC de cobrir, em 2010, o déficit de transações correntes de US\$ 40 bilhões com o ingresso de US\$ 45 bilhões em investimentos estrangeiros diretos (IED) permite ao especulador mais cauteloso afirmar que é bom aplicar no Brasil, obter os juros reais mais elevados do planeta e, eventualmente, ter em dólar um ganho "surreal" se o real se valorizar.

O Brasil continua indexado. Os preços administrados - notadamente as tarifas de serviços públicos e a pauta de energia elétrica - têm caminhado por cima da inflação. Os preços administrados no IPCA são cerca de 33% do índice, ou seja, como disse A. Modenesi, do IPEA, a taxa primária de juros (Selic) tem que ser maior para uma dada meta de inflação.

A persistência da inflação brasileira é inquestionável. Durante a crise de 2009, o mundo inteiro entrou em deflação e o Brasil preservou os seus 4,5% de alta de preços. A inflação brasileira não é residual somente; é resistente. Permite aos preços indexados serem cada vez mais relativamente elevados (hoje o Brasil pratica uma das mais elevadas taxas de energia elétrica residencial do mundo, apesar de ser um paraíso hidrelétrico e, antes da privatização, ter uma das mais baixas do planeta); permite ao BC, em nome de uma taxa de juros de equilíbrio, praticar a mais elevada taxa de juros do planeta; facilita aos bancos preservar o spread ultra elevado e balanços deslumbrantes. O Brasil, com indicadores absolutamente medíocres, viu o lucro de seus bancos crescer 8% em 2009.

Na perspectiva dos que ganham com os juros altos, a inflação resistente é o argumento perfeito para optar por um crescimento econômico rastejante e medíocre. De 2003 a 2008, entre os países da América Latina, o crescimento do PIB brasileiro somente superou a Guatemala, Nicarágua, El Salvador e México. Perdemos para a Argentina, Venezuela, Equador e Bolívia.

Nem crescimento, nem estabilidade. O presidente Meirelles já deu seu recado para Wall Street: fiquem tranquilos pois o festival brasileiro continuará recebendo, da melhor forma possível, os capitais especulativos ciganos.

O longo e tradicional processo inflacionário brasileiro, desde sua reativação após o Golpe Militar de 1964 (a partir de 1968, a taxa inflacionária foi restabelecida) expressa uma correlação de forças em que os donos do poder sempre conseguiram manter seus preços reajustados à frente dos salários. A inflação depreda o capital sob forma monetária e financeira: favorece o devedor em relação ao credor. No Brasil, os donos do poder obtiveram a indexação patrimonial-financeira e, a partir da tesouraria dos bancos comerciais, puderam converter sua caixa em "poupança" financeira, defendida da inflação. Foi criada no Brasil, entre fins dos anos 60 e início dos 70, uma defesa patrimonial perfeita e circularam dois dinheiros: um no bolso das pessoas físicas, que se desvalorizava dia a dia e outro no caixa das empresas, sob a forma de aplicação de curtíssimo prazo no mercado monetário defendido da inflação. Na corrida de preços e salários, sempre era possível reajustar preços preventivamente para reposição de estoques. Obviamente, os salários vinham sempre atrás e, por mais que os negociadores sindicais tentassem encurtar prazos e fórmulas de reajustes, era possível acelerar antecipadamente a correção dos preços. Na corrida, o salário sempre vem depois dos preços e, com a indexação financeira, nenhum cavalo quebra suas pernas devido a perda patrimoniais. Os donos do poder aceitavam a aceleração inflacionária e apenas

resmungavam quando algum governo pretendia controlar preços. O setor público controlava os preços das estatais, que perdiam posição. A leitura ideológica neoliberal condenava o controle de preços, considerava as estatais ineficientes e estigmatizava o déficit público como o responsável pela persistente inflação.

Sabemos que a Década Perdida assistiu diversos ensaios de estabilização, inclusive o Plano Cruzado, que desindexou radicalmente. Na ausência de sustentação política, e como um canto de cisne do sonho do progresso econômico e social, a hiperinflação foi utilizada para esterilizar a Constituição de 1988 e abrir caminho para sua desconstrução pelo ideário neoliberal. O Plano Real fez uma desindexação orquestrada, porém preservou a defesa patrimonial. Após variadas tentativas, foi adotado o modelo de Metas de Inflação, que converte o Banco Central no administrador de dois preços-chave: juros e câmbio. O sistema financeiro nacional - banco e mercado de capitais - percebeu na taxa de inflação residual um poderoso aliado para justificar a taxa real de juros elevada. O Banco Central articula juros com câmbio, e a combinação de juros elevados com real valorizado é "ouro" sobre azul para o tecido especulativo. Como suprema perversidade, os fundos da previdência complementar têm sua rentabilidade atrelada aos juros altos.

Nesse cenário, quem perde são os brasileiros que não têm carteira assinada e os filhos das famílias já integradas que esbarram em um mercado de trabalho fechado e com poucos empregos de qualidade. O Brasil se converte em exportador de mão de obra, frustra as esperanças da juventude e possibilita o discurso de que "tudo está bem e será melhor no próximo ano". O país é imbuído de que é ótimo ser o 14º colocado em crescimento na América do Sul - média inferior à da África - e praticar a 31ª pior colocação em 31 países que avaliaram comparativamente a educação básica. O presidente Meirelles garante esse resultado. Wall Street pode ficar tranquila: os bancos e mercado de capitais brasileiros estão elaborando o Plano Ômega para melhorar seu desempenho.

**Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa é professor emérito de economia brasileira e ex-reitor da UFRJ. Foi presidente do BNDES; escreve mensalmente às quartas-feiras.**

**Patrus critica bônus para Bolsa Família – Marcelo Portela – O Globo – O País – 12/03/2010**

Projeto, apresentado por parlamentar tucano, já foi aprovado pelo Senado  
**Marcelo Portela**

BELO HORIZONTE. O ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, criticou ontem o projeto do senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) que prevê aumento do benefício do Bolsa Família de acordo com o desempenho escolar dos cadastrados.

Patrus afirmou que não cabe a ele analisar se a proposta tem cunho eleitoral, com intenção da oposição de vincular o principal programa do governo Lula ao Bolsa Escola, criado na gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso; disse, porém, não concordar com a forma como a proposta de Jereissati foi apresentada e que há problemas legais com o projeto.

O texto, aprovado em caráter terminativo pela comissão de Educação do Senado no início do mês, prevê pagamento de novo benefício a crianças e jovens entre 6 e 17 anos que tiverem bom rendimento escolar.

— Tenho grande respeito pelo senador Tasso Jereissati. Ele, inclusive, nos ajudou na aprovação de projetos importantes para nosso ministério. Mas o Bolsa Família hoje é um programa institucional, é um programa republicano — disse Patrus.

Durante inauguração do novo complexo de prédios do curso de engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais, o ministro se queixou de que Tasso não procurou os responsáveis pelo Bolsa Família: — Pelo que sei, o senador Tasso Jereissati não conversou com ninguém sobre esse projeto.

Não conversou conosco, não conversou com o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, que é o ministério responsável pelo programa.

Além disso, Patrus ressaltou que o Bolsa Família está diretamente ligado às prefeituras, que administram os benefícios, mas diz que elas também não foram ouvidas. E, de acordo com o ministro, o projeto também fere uma “clara exigência legal”: — Qualquer projeto apresentado por um parlamentar que implique gasto tem que identificar a fonte da receita.

E, nesse sentido, o projeto do senador, com todo respeito, a meu ver, fere a ordem constitucional do país — afirmou.

“O Bolsa Família não é mais o Bolsa Escola” Na ocasião da aprovação da proposta de Tasso, o presidente do PSDB, senador Sérgio Guerra (PE), afirmou que o projeto do colega do Ceará “vincula de forma definitiva o PSDB ao Bolsa Família”. Patrus disse que o programa, em seu formato atual, vai muito além

do Bolsa Escola de FH: — Não me cabe analisar (o uso eleitoral do programa).

Eu tenho esses questionamentos.

E hoje o Bolsa Família tem uma outra dimensão.

Não é mais o Bolsa Escola.

Ganhou outra amplitude. É um programa de distribuição de renda, de renda básica de cidadania para os mais pobres. E esse caráter que o programa assumiu deve ser mantido e preservado — disse Patrus.

## **Safra pode ser recorde** – Estado de São Paulo – Notas e Informações – 13/03/2010

Clima favorável, investimentos em insumos e máquinas e otimismo do agricultor com as perspectivas do mercado externo são os fatores que explicam os seguidos aumentos das estimativas da safra de grãos que está sendo colhida no País. As mais recentes, que acabam de ser divulgadas pelo IBGE e pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), embora com pequenas discrepâncias decorrentes do uso de metodologias diferentes, indicam que, com 143,5 milhões de toneladas, esta pode ser a segunda maior safra da história. O ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, acredita que as próximas projeções podem confirmar uma safra recorde.

É um cenário bem melhor do que o observado no ano passado, marcado pela crise econômica mundial, pelas incertezas quanto à demanda internacional, pela queda de preços e, em algumas regiões – sobretudo o Sul –, por uma prolongada estiagem. O Paraná, por exemplo, o Estado mais afetado pela seca, deverá retomar sua posição de principal produtor de grãos do Brasil na safra 2009-2010, com a produção de 29,3 milhões de toneladas.

O avanço da produtividade em virtude do maior uso de insumos e máquinas é

surpreendente.

O milho, por exemplo, embora registre redução de 4,1% na área cultivada em relação à safra anterior, terá um aumento de colheita de 2,6%.

“Apesar da redução da área que ocorreu por causa dos preços desfavoráveis, o aumento do rendimento vai garantir a alta da safra do milho”, disse o gerente de Agricultura do IBGE, Mauro Andreazzi.

Com essa colheita, o Brasil reforçará uma tendência que se observa há anos. A agricultura brasileira vem tendo desempenho melhor do que a de outros países grandes exportadores agrícolas. Entre 2000 e 2008, como mostrou reportagem de Raquel Landim no **Estado** de domingo passado, as exportações agrícolas brasileiras cresceram à média anual de 18,6%, desempenho bem superior ao do Canadá (6,3%), da Austrália (6%), dos EUA (8,4%) e da União Europeia (11,4%).

Há dez anos, o Brasil era o sexto maior exportador mundial de produtos agrícolas. Em 2008, o terceiro maior exportador mundial, atrás apenas dos Estados Unidos e da União Europeia.

De acordo com a OMC, o Brasil exportou US\$ 61,4 bilhões em produtos agropecuários em 2008. O Canadá, o quarto colocado, exportou US\$ 54 bilhões.

Melhorar a posição no ranking mundial, porém, será muito difícil. Em 2008, as exportações dos Estados Unidos alcançaram US\$ 140 bilhões e as da União Europeia, US\$ 126 bilhões, mais do dobro do resultado alcançado pelo Brasil. A distância é muito grande.

Mas o Brasil tem condições de aproximar-se dos líderes, pois os principais fatores que impulsionaram a produção brasileira nos últimos anos continuam presentes. Entre eles estão a disponibilidade de recursos naturais, como terra, água e sol; a demanda dos países asiáticos; e o aumento da produtividade. A produtividade, por exemplo, sustentada, principalmente, pelas pesquisas da Embrapa de variedades e de métodos adequados à realidade brasileira e pela modernização da gestão no campo, continua a crescer. Problemas existem, e não são desprezíveis. O principal desafio da agricultura brasileira é a precária infraestrutura.

As estradas são ruins e não atendem importantes regiões. Por causa dessa deficiência, que o governo não consegue eliminar, o custo do frete representa quase metade do valor recebido pelo produtor de soja de Mato Grosso.

“Sem infraestrutura, os custos de produção não são competitivos e a agricultura não consegue chegar a regiões que poderiam ser agrícolas, como o norte de Minas Gerais”, observa o sócio-diretor da MBagro, Alexandre Mendonça de Barros. Também inibe a expansão da atividade agrícola a preocupação mundial com o meio ambiente, que tem gerado pressões no sentido da preservação das matas nativas.

Há dez anos, estimava-se em 100 milhões de hectares a área nova disponível para agricultura; hoje, a estimativa está em 60 milhões de hectares. Mesmo assim, a agricultura encontra áreas para crescer, como o oeste da Bahia, o leste de Mato Grosso e o sul do Maranhão e do Piauí.

**Serra dobra teto de seu ‘Bolsa-Família’** – Roberto Almeida – Estado de São Paulo – Nacional – 19/03/2010

A setemese das eleições presidenciais, o governador de São Paulo, José Serra (PSDB), provável candidato tucano ao Palácio do Planalto, ampliou dos principais programas sociais de sua gestão, o Renda Cidadã.

O programa, que só atendia famílias com renda per capita de até R\$ 100, agora fará pagamentos mensais às que chegarem a R\$ 200. Ao dobrar o teto de renda, Serra deve beneficiar cerca de 45 mil famílias.

A comparação entre programas sociais deve ser um dos principais tópicos da campanha eleitoral deste ano. A abrangência dos programas federais é vista como um trunfo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva na promoção de sua candidata, a ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff.

As lideranças tucanas tem se esforçado para mostrar que, em um eventual governo do PSDB, o programa Bolsa-Família, que distribui cerca de R\$ 12,5 milhões de benefícios mensais, será preservado.

O teto do Renda Cidadã agora supera o limite máximo de renda estabelecido pelo governo federal para atendimento pelo Bolsa-Família, de R\$ 140 per capita.

Segundo a Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social (Seads), gestor do programa paulista de benefício financeiro mensal temporário, as mudanças devem elevar em 38% o número de beneficiários.

Atualmente, o Renda Cidadã distribui 117 mil bolsas. Neste ano, a perspectiva é atingir 162 mil. Para isso, o valor destinado ao programa terá aumento de 18%, saltando de R\$ 98 milhões para R\$ 116,8 milhões. É o maior orçamento dedicado ao Renda Cidadã desde sua criação, em setembro de 2001, durante o governo do tucano Geraldo Alckmin.

A meta de atendimento, se cumprida, será recorde.

Curva. Na série histórica do Renda Cidadã, apenas 37 mil famílias eram atendidas em 2001.

Em 2006, o número chegou ao seu auge, com 160 mil e um orçamento de R\$ 116,7 milhões. Mas estava em curva descendente desde então.

O prazo de concessão do Renda Cidadã, que é temporário, também foi ampliado. Famílias que antes podiam receber o benefício por até dois anos agora podem ficar por até três anos.

De acordo com a Seads, a elegibilidade para o programa é revista anualmente.

Diferentemente do Bolsa-Família, que escalonou o pagamento do benefício de acordo com renda e número de filhos, o Renda Cidadã mantém valor fixo de R\$ 60 por família.

O último reajuste do Bolsa-Família foi em agosto do ano passado, que aumentou em 10% o valor médio do benefício – passando de R\$ 86 para R\$ 95 ao mês.

‘Muito baixo’. ‘A mudança se fazia necessária’, justificou a secretária estadual de Desenvolvimento e Assistência Social, Rita Passos.

Segundo a secretária, o teto de R\$ 100 para o Renda Cidadã era “muito baixo”. E o atual, de R\$ 200, acima do Bolsa-Família, poderia ser “até mais alto”, afirmou Rita.

“Por que só trabalhar com os que estão no fundo do poço, os que são miseráveis?”, questionou a secretária.

Ela acredita que programas de transferência de renda não resolvem os problemas, mas capacitam o indivíduo a ter condições de ter uma vida “autossustentável”.

De acordo com Rita, “o desejo é que as pessoas entrem no programa, mas que consigam seu emprego”.

Desde março deste ano, a Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social aplica o Programa Complementando Renda Cidadã, que viabilizara passes de R\$ 10 mil até R\$ 50 mil para municípios que ofereçam cursos que atendam as necessidades de trabalho local.

Porta de saída. De acordo com aA secretaria Rita Passos, este é o caminho para a porta de saída. “É quando o município observa qual amão de obra que falta e implanta cursos profissionalizantes”, afirmou.

Apenasummunicípios645 do Estado não é atendido pelo programa. Jumirim, com cerca de 2 mil habitantes, decidiu não aceitar o benefício porque já está sendo atendido pelo Bolsa-Família.

### **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome cancela mais de 86 mil benefícios do Bolsa Família – MDS – 19/03/2010**

Na terceira etapa consecutiva de cancelamentos neste ano, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) retirou do Programa Bolsa Família 86.963 famílias que não informavam a escola de seus filhos no Cadastro Único. A falta de dados sobre as unidades de ensino impedia que o Governo Federal monitorasse a frequência escolar de beneficiários com idades entre seis e 17 anos, uma exigência do programa. Desde julho de 2009, o MDS vem trabalhando junto aos Municípios, em parceria com o Ministério da Educação (MEC), para localizar as escolas desses alunos. À época eram 510.830 famílias nessa situação.

Com as primeiras ações, o MDS conseguiu baixar esse número para 401.321 famílias, que tiveram seus benefícios bloqueados em setembro. Elas estavam sem informação sobre a escola dos filhos nos dois primeiros bimestres de 2009 (fevereiro/março e abril/maio de 2009). O ministério disponibilizou a relação de famílias com problemas para os gestores municipais do Bolsa Família, e o MEC fez o mesmo para os Operadores Máster, os responsáveis pelo registro da informação de frequência. Uma instrução operacional com todos os prazos de bloqueios, de cancelamentos de benefícios e procedimentos para localização dos beneficiários foi colocada à disposição dos técnicos. As famílias receberam, ainda, mensagens de alertas em seus extratos de pagamentos.

As ações adotadas fizeram com que as informações sobre série e escola dos alunos de cerca de 400 mil famílias fossem atualizadas até o final do ano. Restaram 86.963 famílias que não foram localizadas nesse processo e, portanto, tiveram seus benefícios cancelados neste mês, o que representa 16% das 401.321 que tiveram os benefícios bloqueados em setembro.

Esse foi o terceiro cancelamento em 2010. Em janeiro, 23,5 mil famílias perderam o benefício por baixa frequência escolar (a exigência de 85% das aulas para alunos de até 15 anos e de 75% para adolescentes de 16 e 17 anos) e, em fevereiro, outras 709,9 mil tiveram o Bolsa Família cancelado porque não atualizaram seus dados cadastrais até 31 de dezembro.

Para evitar a perda do benefício, a população atendida precisa cumprir as condicionalidades nas áreas de educação e saúde e manter o cadastro atualizado. O objetivo do Ministério do Desenvolvimento Social é avançar no acompanhamento da frequência, que subiu de 84% do total de alunos beneficiados, nos dois primeiros períodos de 2009, para 88% em outubro e novembro. O monitoramento de 2010 começa nesta **sexta-feira (19/3)**. É preciso que gestores municipais e Operadores Máster



comecem a trabalhar juntos nesse acompanhamento para identificar os motivos que levam as famílias mais pobres a deixarem os filhos fora da escola e não cumprirem a agenda de saúde.

Após o quinto descumprimento consecutivo das condicionalidades, o benefício é cancelado. Esse prazo é necessário para que a gestão municipal, junto à área de assistência social, possa trabalhar as dificuldades apresentadas pela família. Os beneficiários também precisam informar à Prefeituras de seus Municípios as mudanças de escolas dos filhos.

**Repasse** - O pagamento do Bolsa Família ocorre entre 18 e 31 de março, nos postos de atendimento da Caixa Econômica Federal em todo o País. São transferidos R\$ 1,1 bilhão por mês a cerca de 12,4 milhões de famílias. Os benefícios variam de R\$ 22,00 a R\$ 200,00 de acordo com o perfil econômico e o número de integrantes da família. O critério para ser atendido pelo programa é renda mensal per capita de até R\$ 140,00.

Roseli

Garcia

<b>Cancelamentos em 2010</b>	
<b>Janeiro:</b>	23,5 mil benefícios por baixa frequência
<b>Fevereiro:</b>	709,9 mil benefícios por falta de atualização cadastral
<b>Março:</b>	86,9 mil benefícios por falta de informação sobre a escola dos filhos

<b>F</b>	<b>Nome</b>	<b>Benefícios cancelados</b>
C	ACRE	169
L	ALAGOAS	775
M	AMAZONAS	1.215
P	AMAPA	496
A	BAHIA	15.956
E	CEARA	6.320
F	DISTRITO FEDERAL	897
S	ESPIRITO SANTO	2.177
O	GOIAS	3.142
A	MARANHAO	3.420

G	MINAS GERAIS	7.793
S	MATO GROSSO DO SUL	993
T	MATO GROSSO	1.108
A	PARA	3.418
PB	PARAIBA	2.373
E	PERNAMBUCO	5.821
I	PIAUI	1.193
R	PARANA	2.732
J	RIO DE JANEIRO	5.803
N	RIO GRANDE DO NORTE	1.115
O	RONDONIA	878
R	RORAIMA	116
S	RIO GRANDE DO SUL	3.900
C	SANTA CATARINA	957
E	SERGIPE	932
P	SAO PAULO	12.517
O	TOCANTINS	747
<b>total</b>		<b>86.963</b>

**Brasil supera meta de reduzir extrema pobreza** – Sítio Eletrônico do MDS –  
25/03/2010

Vinte e sete milhões e trezentos mil brasileiros ultrapassaram a linha de extrema pobreza. O índice de moradores do País nesta situação baixou - entre 1990 e 2008 - de 25,6% para 4,8%, uma redução de 81%. Com isso, o País supera o primeiro e principal Objetivo de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que estipulou como meta para o mundo erradicar a fome e reduzir pela metade, até 2015, a extrema pobreza registrada

Os resultados revelam também que o Brasil foi além, e ultrapassou a própria meta estipulada pelo País de diminuir em 75% a taxa de extrema pobreza. Os dados constam da quarta edição do Relatório Nacional de Acompanhamento do ODM, que tem outros sete objetivos: Universalizar a educação primária; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade na infância; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental, e Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.

O documento, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e divulgado nesta quarta-feira (24/3), descreve que, de 1990 a 2008, enquanto a população brasileira cresceu de 141,6 milhões para 186,9 milhões, a população extremamente pobre (que vive com até 1,25 dólar por dia) decresceu de 36,2 para 8,9 milhões de pessoas. “A pobreza extrema no Brasil, hoje, é menos de um quinto da pobreza extrema de 1990. A desigualdade caiu bastante e pode cair ainda mais”, informa o relatório. E acrescenta: “Se o ritmo da redução se mantiver nos próximos anos, a pobreza extrema será erradicada do Brasil por volta de 2014.”

Para o ministro do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Patrus Ananias, essa conquista do País é resultado dos investimentos do governo de presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Só o nosso ministério terá um orçamento de R\$ 39 bilhões este ano, dinheiro destinado aos pobres. Além do MDS, outras ações com o Pronaf ( Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar), Luz para Todos e Economia Solidária estão fazendo a diferença”, ressaltou o ministro.

O presidente Lula garantiu que o Brasil irá superar “em muito” todas as Metas do Milênio, pois o País “vive um momento mágico na relação Estado e sociedade”. O Bolsa Família, programa do MDS, foi destacado por Marie Pierre Poirier, representante da Unicef e coordenadora-residente interina do Sistema das Nações Unidas no Brasil. “O maior programa de transferência de renda do mundo permitiu articular iniciativas setoriais e por vezes fragmentadas nas áreas de educação, saúde, combate à fome e desenvolvimento social, entre outras, em um único programa com foco nos grupos sociais mais pobres. A importância desse programa na redução da pobreza e das desigualdades sociais no País tem sido reconhecida nacional e internacionalmente”, diz Marie Pierre.

**Redução da fome** - Em relação ao combate à fome, o Ipea usa como principal indicador o percentual de crianças com até quatro anos com peso abaixo do esperado para a idade, segundo critérios da Organização Mundial de Saúde (OMS). Em 1996, estavam abaixo do peso 4,2% das crianças, índice que caiu para 1,8% em 2006. Esse resultado, de acordo com o documento, mostra que “o Brasil superou a meta internacional de reduzir a fome pela metade até 2001 e, hoje, é pequeno o risco de crianças consumirem quantidade insuficiente de calorias e proteínas.”

Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) foram estabelecidos por países membros da Organização das Nações Unidas (ONU), com base em um amplo debate realizado entre chefes de Estado, especialistas e a sociedade civil durante as conferências internacionais sobre população, meio ambiente, gênero, direitos humanos e desenvolvimento social, realizadas na década de 1990. Durante a Cúpula do Milênio,

realizada no ano 2000, na Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova Iorque (Estados Unidos), os chefes de Estado dos 191 países presentes elaboraram as metas dos ODM.

**Prêmio** – Durante a cerimônia de apresentação dos dados, nesta quarta-feira em Brasília, também foi entregue o Prêmio ODM Brasil, que identificou 20 práticas desenvolvidas por Prefeituras e organizações da sociedade civil. A homenagem foi criada pelo Governo Federal em 2004 e visa estimular o desenvolvimento de ações, programas e projetos que contribuem efetivamente para o cumprimento das oito metas.

No evento, que teve a participação do presidente Lula e dos ministros Patrus Ananias, Luiz Dulci (Secretaria Geral da Presidência), Paulo Bernardo (Planejamento) e Jose Gomes Temporão (Saúde), três programas de segurança alimentar foram premiados.

Clique aqui e ouça o boletim de rádio: [Brasil supera meta de reduzir extrema pobreza](#)

*João Luiz Mendes*

#### **MDS vai financiar a construção de mais 31 mil cisternas no Semiárido – MDS – 26/03/2010**

Mais cisternas serão construídas no Semiárido brasileiro para atenuar a escassez de recursos hídricos na região. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) vai repassar R\$ 60.054.386,91 milhões para a Articulação do Semiárido (ASA) construir 31.860 cisternas na região para as residências das famílias e escolas públicas rurais. A formalização do termo de parceria com a ASA foi publicado no Diário Oficial da União desta quinta-feira (25/3).

Das 31.860 cisternas, 110 serão construídas nas escolas públicas rurais, sendo 90 com capacidade para 52 mil litros de água e 20 para 30 mil litros. As cisternas residenciais têm capacidade para 16 mil litros. “A cisterna é um bem para a todas as famílias que precisam de água”, diz o secretário nacional de Segurança Alimentar e Nutricional do MDS, Crispim Moreira. A ASA é uma das instituições parceiras do Ministério do Desenvolvimento Social na construção de cisternas assim como os governos estaduais e municipais.

A cisterna é uma tecnologia popular para a captação de água da chuva e representa solução de acesso a recursos hídricos para a população rural dispersa do Semiárido brasileiro. Construída com placas de cimento, permite armazenar 16 mil a 52 mil litros de água para beber e para o preparo de alimentos.

O Programa Cisternas do MDS visa o acesso, o gerenciamento e a valorização da água como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária com o ecossistema do Semiárido.

O público das cisternas é formado por famílias de baixa renda que moram na área rural de Municípios daquela região e que não dispõem de fonte de água ou meio de armazená-la adequadamente para o suprimento de suas necessidades básicas.

**Números** – De 2003 a janeiro de 2010, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome já apoiou a construção de 338 mil cisternas beneficiando 1,3 milhão de pessoas na região do Semiárido brasileiro.

*Dimas Ximenes*

**Governo distribui 1 milhão de camisinhas para mulheres do Bolsa Família – MDS**  
– 31/03/2010

Iniciativa faz parte da campanha Camisinha, um Direito Seu, lançada nesta quarta-feira, em Brasília. Todas as capitais do País receberão material de divulgação e mobilização nos CRAS e CREAS

[http://www.mds.gov.br/noticias/imagens-2007/interna\\_2010/campanha\\_camisinha.jpg](http://www.mds.gov.br/noticias/imagens-2007/interna_2010/campanha_camisinha.jpg)As ações para prevenir doenças sexualmente transmissíveis e o vírus HIV, que provoca a Aids, junto a beneficiários do Bolsa Família, começam em todas as capitais brasileiras nesta quarta-feira (31/3). Lançada pelo Ministério da Saúde, a campanha Camisinha, um Direito Seu, prevê a distribuição, nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), de 1 milhão de preservativos para beneficiárias do programa do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Na cerimônia, a ministra Nilcéa Freire, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, vinculada à Presidência da República, reafirmou a importância da parceria dos três órgãos governamentais na campanha. “Temos feito o esforço de integrar diversas políticas públicas para ampliar a atenção às mulheres no Brasil. Há muito tempo que isso tem sido pensado e costurado. Agora, contamos com os CRAS e CREAS”, disse. Em todo o País, há cerca de 5,8 mil CRAS e 1,2 mil CREAS. São unidades públicas que atendem famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade e risco social.

A representante do MDS, Célia Vieira, acrescentou que a assistência social desempenha papel estratégico na campanha de prevenção. “Queremos barrar o crescimento da epidemia de Aids entre as mulheres no Brasil. E será importante, nesse processo, garantir a informação e o acesso aos preservativos nas unidades que trabalham com mulheres de baixa renda, beneficiárias do Bolsa Família”, afirmou. O objetivo é orientá-las para discutirem com o parceiro o uso da camisinha e incentivá-las a fazerem o teste de HIV.

**Números** – Sônia Brito, do Ministério da Saúde, confirmou que, nos últimos anos, cresce a incidência de Aids entre as mulheres. Segundo a Pesquisa de Conhecimentos, Atitudes e Práticas da População Brasileira, lançada em 2009, 64,8% das entrevistadas entre 15 e 24 anos eram sexualmente ativas (tiveram relações sexuais nos 12 meses anteriores à pesquisa). Desse número, apenas 33,6% usaram preservativos em todas as relações casuais. Isso ajuda a explicar a vulnerabilidade das jovens à infecção pelo HIV.

Entre os homens, 69,7% dos entrevistados eram sexualmente ativos. Mas eles usam mais a camisinha: 57,4% afirmaram ter usado em todas as relações com parceiros ou parceiras casuais.

Em 2007, a taxa de incidência de Aids em mulheres acima de 50 anos praticamente dobrou em relação a 1997, passando de 5,2 casos por 100 mil habitantes para 9,9 casos. Nos homens, passou de 12 casos por 100 mil habitantes para 18, no mesmo período. Entre 2000 e junho de 2009, foram registrados no Brasil 3.713 casos de Aids em meninas de 13 a 19 anos (60% do total), contra 2.448 meninos. Na faixa etária seguinte (20 a 24 anos), há 13.083 (50%) casos entre elas e 13.252 entre eles. No grupo com 25 anos e mais, há uma clara inversão – 174.070 (60%) do total (280.557) de casos ocorrem entre os homens.

**Bolsa Família** – Diante desses números, o Governo Federal incorpora a luta contra a doença às ações do principal programa de transferência de renda do País, o Bolsa Família, que atende hoje 12,4 milhões de famílias. Nos CRAS e CREAS, serão distribuídos preservativos gratuitamente. A campanha Camisinha, um Direito Seu traz duas beneficiárias do Bolsa Família como garotas-propaganda dos material impresso. Uma delas é Eurides Muniz de Souza, mãe de três filhos e beneficiária do programa. “A camisinha não é apenas para não pegar Aids. Ela também evita gravidez e evita pegar qualquer outra doença”, disse.

Constam da campanha folders, cartazes, faixas, porta-preservativos, manuais explicativos sobre a importância do uso da camisinha e material que ensina os gestores a participar da ação. Além disso, serão veiculados spots de rádio com mensagem gravada pela atriz e cantora Zezé Motta. A ação faz parte do Plano Nacional de Enfrentamento de Feminização da Epidemia de Aids e Outras Doenças Sexualmente Transmissíveis.

Para atendimento ao cidadão, está disponível o Disque Saúde, no 0800-61-1997, além do telefone (61) 3315-2425.

Clique aqui e ouça o boletim de rádio: [Governo lança campanha de prevenção à aids para beneficiárias do Bolsa Família](#)

*Aline  
Ascom*

*Menezes  
MDS*

**Informações para a imprensa**

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)  
Tel: (61) 3433-1021

Site: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)